

PEC aprovada por Senado agrada governo

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O Ministério da Economia não vê problema na proposta de emenda constitucional (PEC) 61/2015, aprovada pelo Senado na noite da terça-feira, informou uma fonte credenciada do governo ao Valor. A área econômica entende que a medida vai na direção da descentralização dos recursos da União para os Estados e municípios defendida pelo ministro Paulo Guedes.

A PEC permite que as emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União sejam diretamente transferidas aos governos estaduais e prefeituras sob a forma de doação, sem necessidade de assinatura de convênios. Hoje, a União só libera o dinheiro da emenda parlamentar depois de o Estado ou o município beneficiado assinar um convênio, comprometendo-se com uma série de normas para a aplicação dos recursos.

Como a transferência dos recursos poderá ser feita por meio de doação, a proposta aprovada pelo Senado resultará em mais dinheiro diretamente nos caixas dos Estados e dos municípios, que poderão aplicá-los livremente em qualquer despesa, inclusive no pagamento de pessoal e de custeio da máquina administrativa. A medida é vista como uma grande ajuda aos Estados e municípios que enfrentam, em sua maioria, grande dificuldade financeira.

A transferência sob a forma de doação, no então, só poderá atingir

metade das emendas individuais dos parlamentares, advertiu ontem especialista consultado pelo Valor. Isto porque outro artigo da Constituição estabelece que 50% do valor das emendas individuais terão que ser destinados, obrigatoriamente, às ações e serviços públicos de saúde. Neste caso, as emendas terão finalidade de despesa definida e, para serem liberadas, terão que ser objeto de convênio entre a União e o governo estadual ou a prefeitura beneficiada.

No Orçamento deste ano, as emendas parlamentares individuais somam R\$ 9,1 bilhões. Se a emenda aprovada pelo Senado já estivesse em vigor, os Estados e municípios poderiam contar com até R\$ 4,55 bilhões em seus cofres em doações feitas pela União, com base nas emendas individuais dos parlamentares. Para 2020, o valor das emendas será reajustado pela mesma inflação que corrigirá o teto de gastos.

A PEC do Senado, no entanto, não é autoaplicável e vai necessitar de regulamentação depois que for aprovada pela Câmara dos Deputados, de acordo com especialistas ouvidos pelo Valor. A razão disso é que a proposta não define o momento em que os recursos deverão ser transferidos pela União ou em que prazo.

Como o texto constitucional estabelece que as emendas individuais também estão sujeitas ao contingenciamento do Orçamento, que é adotado para garantir o cumprimento da meta fiscal do ano,

os especialistas advertem que o governo não poderá transferir todo o dinheiro de uma só vez ou no início do exercício, assim que o Orçamento for sancionado pelo presidente da República. Todas essas questões poderão ser regulamentadas por lei específica ou pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a cada ano.

A PEC 61/2015 foi inicialmente proposta pela então senador Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela determinava que os recursos das emendas individuais seriam repassados diretamente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), independentemente da celebração de convênio.

A proposta de Gleisi chegou a entrar na ordem do dia do Senado para ser votada, mas terminou engavetada em outubro de 2017. Na terça-feira passada, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) apresentou uma emenda à PEC 61/2015, que foi votada, imediatamente, em primeiro e segundo turno.

A aplicação dos recursos a serem doados pela União aos Estados e municípios, a partir das emendas individuais, de acordo com a proposta, não será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas pelos órgãos de controle interno no âmbito estadual ou municipal e pelos Tribunais de Contas dos Estados e dos municípios. O TCU só fiscalizará os recursos transferidos para finalidade de despesa definida, que terá que ser objeto de convênio.

Orçamento vai liberar reajuste de militar e barrar de servidor civil

Previsão de aumento será apresentada antes mesmo de votação de projeto de Previdência e reestruturação das Forças Armadas

Bernardo Caram

Brasília- Em mais uma decisão do governo que atende interesses das Forças Armadas, os militares serão a única categoria do serviço público autorizada a ter reajuste de salários e benefícios no projeto que traça as diretrizes para o Orçamento de 2020, informou à Folha um membro da equipe econômica.

A liberação será feita antes mesmo da aprovação da reestruturação da carreira militar proposta pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) e em tramitação no Congresso.

Em direção contrária, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, decidiu que o projeto orçamentário que será enviado ao Congresso até aproxima semana vai

barrar reajustes de servidores civis.

A inclusão do dispositivo na lei é mais uma ação do governo para garantir que os militares tenham uma espécie de compensação pela reforma da Previdência.

Em março, quando editou a proposta que, entre outros pontos, aumenta alíquotas de contribuição dos militares, o governo incluiu no mesmo texto uma série de concessões a essa carreira.

O projeto dá aumentos salariais e amplia ou cria gratificações por disponibilidade e aprimoramentos.

Ao propor esses benefícios para as Forças Armadas, o governo gerou reação do Congresso e foi alvo de uma série de críticas de congressistas, até mesmo no PSL, partido do presidente, que é militar reformado.

O argumento de deputados se sustenta no fato de que os trabalhadores da iniciativa privada e

os servidores não terão nenhum tipo de compensação pelas regras mais duras de aposentadoria apresentadas pelo governo.

O líder do PSL, deputado Delegado Waldir (GO), por exemplo, já afirmou mais de uma vez que a decisão de conceder benefícios às Forças Armadas fará com que outras categorias atuem para conseguir uma compensação.

Para ter validade, o projeto dos militares ainda precisa tramitar e ser aprovado no Congresso. O texto está parado em estágio inicial na Câmara.

Interlocutores de Guedes afirmam que não houve nenhum pedido de Bolsonaro para que a previsão orçamentária desses benefícios fosse incluída no texto.

De acordo com especialistas em Orçamento do Congresso, incluir a previsão do gasto com a reestruturação na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020





antes da aprovação do projeto respeita a lei.

Entretanto, esse movimento não é usual e costuma ser feito de maneira inversa. Em anos anteriores, a LDO trazia uma autorização genérica de reajustes. Dessa forma, os governos conseguiam primeiro aprovar os aumentos e depois enviar uma proposta ao Congresso para alterar o Orçamento e prever a liberação dessas novas despesas.

Pelas contas da equipe econômica, entre a economia gerada com a reforma dos militares, de R\$ 97,3 bilhões em dez anos, e os gastos com a reestruturação das carreiras, de R\$ 86,8 bilhões, a proposta vai gerar um saldo positivo de R\$ 10,5 bilhões para o governo. A autorização no Orçamento não dispensa a aprovação do projeto dos militares. Se, eventualmente, o texto não passar no Congresso, os aumentos não serão efetivados.

O governo tem até o dia 15 de abril para enviar ao Legislativo o projeto da LDO. No texto, Guedes decidiu barrar reajustes salariais de servidores públicos e limitar contratações em 2020. Dispositivo semelhante chegou a ser incluído em 2018 na LDO referente a 2019. A medida que estabeleceria as vedações para este ano foi a provada na Comissão Mista de Orçamento, mas acabou retirada do texto em plenário.

Bolsonaro assume articulação, afirmam líderes partidários

Sem Maia, presidente já estaria engajado pela aprovação da Previdência

Gustavo Uribe e Talita Fernandes

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro (PSL) decidiu assumir pessoalmente a negociação com a Câmara dos Deputados para tentar aprovar a proposta da reforma da Previdência ainda no primeiro semestre.

Nesta quarta-feira (10), dia em que retomou ofensiva para tentar compor uma base aliada, ele indicou que manterá a rotina de abrir o gabinete presidencial para deputados e senadores.

O presidente também começou a avaliar a possibilidade de participar da nova campanha de rádio e de televisão sobre as mudanças nas aposentadorias.

A disposição de Bolsonaro é uma reação à resistência de Rodrigo Maia (DEM-RJ) em conduzir a

articulação da reforma da Previdência.

“O presidente está disposto a estar à frente dessa articulação”, disse o líder do governo no Senado Federal, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

“Ele está à frente da articulação política, sempre esteve e é preciso que esteja até a votação da reforma previdenciária”, afirmou.

A negociação da proposta vinha sendo conduzida, no Legislativo, por Maia e, no Executivo, pelos ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da Economia, Paulo Guedes.

Os líderes de partidos, no entanto, vinham se queixando da atuação dos dois auxiliares presidenciais e cobravam uma participação direta do presidente.

Bolsonaro, porém, dizia que a responsabilidade pela aprovação da proposta era neste momento do

Congresso Nacional e que não era uma iniciativa de interesse apenas do governo federal, mas também do Poder Legislativo.

Sem Maia, o presidente avaliou o risco de a iniciativa naufragar de maneira precoce e foi convencido a tomar as rédeas do processo.

“O presidente nos sinalizou que ele vai estar mais presente e falar bastante sobre Previdência. Inclusive, foi um pedido nosso para ele”, disse o dirigente nacional do Novo, João Amoedo, que se reuniu com Bolsonaro nesta quarta-feira (10).

Além do Novo, o presidente abriu o gabinete presidencial para representantes do PSL, Podemos, Avante, PSC e até mesmo do PT, principal partido de oposição ao seu governo e acusado por Bolsonaro de levar o país “à beira do abismo”.

Integrantes da bancada federal do Pará, o senador Paulo Rocha e o deputado federal Beto Faro, ambos





do PT, participaram de reunião com o presidente sobre o desabamento de ponte sobre o rio Moju, no nordeste do estado. Foi a primeira vez que petistas entraram no gabinete presidencial neste ano.

“O diálogo com a oposição também vai ocorrer, sobretudo nas discussões dessas reformas. Se depender da minha opinião, acho que o presidente tem de falar com todos os partidos”, afirmou Bezerra sobre a nova postura de Bolsonaro.

Para a inauguração de um aeroporto em Macapá, na próxima sexta-feira (12), o governo federal enviou um convite ao líder da oposição no Senado Federal, Randolfê Rodrigues (Rede-AP). Ele, no entanto, informou que vai de voo comercial.

Desde a semana passada, o presidente tem tentado compor uma base aliada, mas não tem tido êxito no esforço. Nesta quarta-feira (10), Novo e Podemos anunciaram posição de independência. A mesma postura foi anunciada na terça-feira (9) pelo PR e Solidariedade.

“Aposição do Podemos, em qualquer governo, é uma posição de independência. Somos contrários ao quanto pior melhor e essa posição vai se manter”, disse a presidente nacional, Renata Abreu.

Doria pede a grandes empresários campanha a favor da Previdência

SÃO PAULO O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), defendeu na noite desta quarta (10) o engajamento de grandes empresários em atividades a favor da reforma da Previdência.

A uma plateia de cerca de 900 presidentes e diretores de companhias, Doria afirmou que “o silêncio [do empresariado] só ajuda quem não quer a reforma, os mesmos que gritam ‘Lula livre’”.

O discurso foi feito durante a posse do conselho da Amcham (câmara de comércio americana), em São Paulo.

“Vocês podem ajudar. Usem a força que têm para falar com os parlamentares, que são seus amigos ou que vocês, na condição de eleitores, têm direito de cobrar e impedir que votem contra a reforma da Previdência.”

Segundo o governador, “o apoio silencioso não ajuda”. Para ele, com a reforma, o país retomará o caminho do desenvolvimento. “Todos aqui representam multinacionais e provavelmente estão à espera da aprovação para ampliar seus investimentos.”

Ivan Martínez-Vargas